

CENTRO DE INSTRUCAO ALMIRANTE GRACA ARANHA

Estudo Técnico Preliminar 115/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 63094.001703/2025-30

2. Descrição da necessidade

O Centro de Instrução Graça Aranha (CIAGA), na qualidade de Organização Militar de Ensino (OME), incumbe-se, consoante o estabelecido no instrumento legal que o instituiu, da “formação, aperfeiçoamento e adestramento do pessoal das categorias profissionais da Marinha Mercante e demais atividades correlatas” (EXCERTO DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 68.042, DE 12 DE JANEIRO DE 1971).

A estrutura organizacional do CIAGA pode ser descrita sucintamente pela interação de três Superintendências (Ensino, Administração e Corpo de Alunos) subordinadas a um Comandante, que, por sua vez, é diretamente auxiliado por um Imediato (sub-Comandante) e assistido por assessorias especializadas.

Inserto à Superintendência de Administração, encontra-se a Divisão de Transporte subordinado ao Departamento de Serviços Gerais cuja a competência, sinteticamente, é atuar em todo o transporte de alunos e servidores deste Centro de Instrução, além disso cabe a Divisão, conservar o estado operacional das viaturas administrativas e operativas, para prover à necessidade deste Centro de Instrução no que diz respeito ao transporte da tripulação desta OM. Além disso, é necessário assegurar a proteção do patrimônio público representado pela sua frota de veículos, por meio de apólices de seguro veicular.

Desta maneira, tal iniciativa busca mitigar os riscos decorrentes de colisões, furtos e acidentes de origem natural, garantindo a circulação contínua dos veículos e a preservação dos bens da organização. Ademais, a medida tem como objetivo reduzir os custos de manutenção, que podem ser significativamente impactados por tais ocorrências, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Transportes do Departamento de Serviços Gerais	SO-MO Alessandro Pires da Silva
Departamento de Serviços Gerais	1T (AA) Claudio Roberto Soares da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos necessários à contratação:

4.1.2. A CONTRATADA deverá cumprir os normativos expedidos pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) para a emissão das apólices de Seguro.

4.1.3. A CONTRATADA deverá emitir apólice no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, contendo todas as informações de cobertura e descrições de prêmio de seguro e franquia, com a vigência contratual expressa (data de início e data de término).

4.1.4. A CONTRATADA deverá emitir as apólices de seguro, conforme consta nos Estudos Técnicos Preliminares, com as seguintes coberturas mínimas:

COBERTURA	VALOR DE REFERÊNCIA
Compreensiva colisão/Incêndio/Roubo/Furto	100% FIPE
Danos Materiais (veículos leves/médios)	R\$ 100.000,00
Danos Corporais (veículos leves/médios)	R\$ 100.000,00

Danos Materiais (veículos pesados)	R\$ 200.000,00
Danos Corporais (veículos pesados)	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 50.000,00
Extensão de Reboque	300 km
Franquia Básica	100%

4.2 As apólices de seguro emitidas serão regidas conforme os normativos preconizados pela SUSEP.

4.2.1 O serviço a ser prestado, qual seja emissão de apólice de seguro conforme normativos da SUSEP é um serviço de natureza contínua.

4.2.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.2.3. Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas com transporte, seguros, impostos, taxas e contribuições, despesas administrativas, lucro e demais insumos necessários à sua composição.

4.2.4. O pagamento da franquia, em caso de sinistro, poderá ser feito diretamente para as empresas credenciadas pela seguradora, desde que esta esteja regular.

4.2.5. Em caso de pane ou sinistro, a CONTRATADA deverá garantir o atendimento ao veículo segurado e seus ocupantes no máximo de 2 (duas) horas, a contar da comunicação.

5. Levantamento de Mercado

Foi realizada a análise de mercado e identificaram-se contratações similares efetuadas por outros órgãos e entidades da Administração, com o objetivo de observar melhores práticas, metodologias de implementação e soluções tecnológicas que melhor atendessem às necessidades deste Centro de Instrução.

Dessa forma, a contratação pretendida está alinhada com a prática dos Órgãos Públicos de contratação indireta dos serviços ora requeridos. A contratação da execução indireta dos serviços de lavanderia tem apoio no Decreto n.º 9.507 /2018 e Portaria n.º 443, de 27/12/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Foram consultados os seguintes processos/pregões, com atividades similares ao presente processo, com condições compatíveis ou que se destacam pela sua qualidade, metodologia e/ou economicidade:

1) Pregão Eletrônico 90001/2025 – UASG: 240120 - Prestação de serviço continuado de seguros prediais e de veículos para o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF.

2) Pregão Eletrônico 90112/2024 – UASG: 158123 - Seguro Veicular para a frota do IF Sudeste – MG

3) Pregão Eletrônico 90229/2025 – UASG: 393011- Contratação de serviços de seguro veicular da frota de veículos oficiais pertencentes a Superintendência Regional do DNIT nos Estados de Goiás e Distrito Federal

Por fim, quanto ao levantamento de mercado realizado, constatou-se a existência de solução de custo que expressa os valores unitários com base na média dos preços das propostas. Como metodologia para a pesquisa de preços e definição de parâmetros de mercado, foram utilizadas a ferramenta Painel de Preços e consultas em mídia especializada.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo envolve a contratação de empresa especializada em seguros veiculares, com o objetivo de assegurar a proteção do patrimônio público representado por sua frota de veículos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos dos seguros veiculares a serem contratados tem como objetivo as seguintes características:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN DE MEDIDA	QTDE

1	Veículo Novo, Peugeot Boxer Cargo PK 2.2 TDI-140 CV; Ano: 2024 e modelo 2024; Chassi: VF3YDBRFCSMA23985; Cor: cinza	30127	SV	1
2	Veículo Novo, VW 17.230 VOLKBUS; Modelo: TUQXAB; Combustível: Diesel; Ano: 2024 e modelo 2025; Chassi: 9532A8TU5SR041026; Cor: cinza.	30127	SV	1
3	Veículo Novo, Chevrolet SPIN 1.8 AT LTZ; Placa: TOF 2E24; Combustível: Flex; Ano: 2025 e modelo 2025; Chassi: 9BGJC7520SB235167; Cor: cinza	30127	SV	1
4	Iveco Tector 240E22 com plataforma auto-socorro; Ano: 2013 e modelo 2013; Chassi: 93ZE2HGHOD8923719; Cor: cinza	30127	SV	1
5	Veículo Novo, Argo DRI1.0 FFLY PGMORVRPL8; Ano: 2025 e modelo 2025; Chassi: 9BD358ATSSYP17091;	30127	SV	1
6	Veículo Novo, Argo DRI1.0 FFLY PGMORVRPL8; Ano: 2025 e modelo 2025; Chassi: 9BD358ATSSYP16714;	30127	SV	1

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 24.079,93

O custo estimado total estimado da contratação é de R\$ 24.079,93 (Vinte e quatro mil, setenta e nove reais e noventa e três centavos), conforme custos unitários apostos na pesquisa de preço anexada neste processo, e a tabela do item 1.1 do Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com o objetivo de ampliar a competitividade e gerar mais economia, a Lei 14.133/21 estabeleceu em seu artigo 40, inciso v alínea b, a obrigatoriedade da Administração Pública em promover o parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto. Entretanto, o TCU indicou ser o parcelamento a regra, excepcionada apenas quando, justificadamente, prejudicial ao interesse público. Nesse sentido, a decisão de parcelar ou não o objeto deve sempre estar devidamente justificada nos autos, cabendo ao agente público, após definido o objeto da licitação, verificar se é possível e economicamente viável licitá-lo em parcelas (itens, lotes ou etapas) que aproveitem as peculiaridades e os recursos disponíveis no mercado.

De acordo com o art. 14, § 2º, I, da Instrução Normativa SLTI/MP 4/2014, compete à equipe de planejamento da contratação avaliar a viabilidade de parcelamento da Solução a ser contratada, em tantos itens quanto se comprovarem técnica e economicamente viáveis, justificando-se a decisão de parcelamento ou não da solução. Dessa forma, a licitação será por preço global, que é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do empreendimento, já que o gerenciamento único do seguro permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador formalmente

designado. Nesse aspecto, as vantagens são o maior nível de controle pela Administração na execução dos sinistros, a maior interação entre as diferentes fases do empreendimento, a maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do empreendimento em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados.

Nesse sentido, a Administração Pública se manifestou favorável ao não parcelamento do objeto por se tratar de serviços executados de forma continuada. Destarte, o processo licitatório sendo feito desta maneira não prejudicará o conjunto da solução ou perda da economia de escala. Ademais, será exaltada a ampla participação de licitantes que possuam condições de assim participar do certame, sendo possível obter suas melhores propostas para uma frota veicular.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Em relação ao alinhamento aos planos instituídos pelo órgão, a contratação em tela coaduna-se com o Planejamento Estratégico Organizacional do CIAGA – PEO (2021–2025), visto que um dos macroprocessos existentes neste Centro é o Apoio à Execução do Ensino Profissional Marítimo, devendo ser provida a infraestrutura de apoio, alojamento, rancho, pagamento, limpeza, recursos instrucionais, manutenção das instalações, transporte, saúde, segurança, eventos culturais, esportivos, sociais, recreativos e religiosos etc.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A solução deverá permitir o alcance dos seguintes benefícios:

ITEM	BENEFÍCIOS PRETENDIDOS
1	Proteção patrimonial garantindo a cobertura contra danos materiais decorrentes de acidentes, colisões, furtos, roubos, incêndios e eventos naturais.
2	A cobertura de assistência 24h e veículos de substituição (quando incluída) assegura que o CIAGA mantenha sua capacidade operacional mesmo em caso de sinistros.
3	Cobertura para danos causados a terceiros, tanto materiais quanto corporais, o que reduz a exposição a ações judiciais e indenizações.
4	Com o seguro, a gestão de sinistros é transferida para a seguradora, diminuindo a carga administrativa interna.
5	Permite um melhor planejamento e controle dos custos relacionados à frota, evitando despesas inesperadas e onerosas com reparações ou substituições.

13. Providências a serem Adotadas

No caso específico desta contratação não há necessidade de adequação do ambiente deste Centro de Instrução para a prestação dos serviços objeto deste estudo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não vislumbram-se impactos ambientais decorrentes da contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

De acordo com a necessidade de manutenções das viaturas deste Centro de Instrução tal contratação se torna viável para manter as viaturas em seu pleno estado de funcionamento e conservação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALESSANDRO PIRES DA SILVA

Equipe de apoio

CLAUDIO ROBERTO SOARES DA SILVA

Equipe de apoio

ROBSON MENDES ALVES

Autoridade competente